



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

APOSTILA Nº 03 À CARTA-CONTRATO Nº 14/2017.

APOSTILA Nº 03 À CARTA-CONTRATO Nº 14/2017.

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0000858-76.2017.6.22.8000](#)

APOSTILA Nº 03 À CARTA-CONTRATO Nº 14/2017, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E O LOCADOR SENHOR DALTO PIMENTEL DA COSTA, portador da Cédula de Identidade n. 481095/SSP-RO e CPF n. 253.879.558-30, cujo objeto é a locação de um imóvel para instalação provisória do Fórum Eleitoral do Município de Espigão do Oeste/RO.

A Ilustríssima Senhora Diretora Geral da Secretaria do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, no uso de suas atribuições legais e consoante Despacho 2035/ 2020 - GABDG, de 14/12/2020 (evento [0638969](#)), RESOLVE expedir a presente apostila, com fundamento no artigo 65, §8º, da Lei n. 8.666/93 e da Cláusula Décima Sexta da Carta-Contrato nº 14/2017 (evento [0199866](#)), para:

I - Registrar o reajuste ao valor do referido instrumento contratual, decorrente da variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, acumulado no percentual de 8,171820%, aferido no período de julho de 2019 a junho de 2020, com efeitos financeiros sobre a Carta-Contrato nº 14/2004 (evento [0199866](#)) a partir de 21/06/2020, consoante detalhamento constante na tabela a seguir:

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)
Dados informados:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Data inicial	06/2019
Data final	06/2020
Valor nominal	R\$ 3.168,34
Dados Calculados:	
Índice de correção no período	1,08171820
Valor percentual correspondente	8,171820 %
Valor mensal corrigido na data final	R\$ 3.427,25
Fonte: Informação n. 147/2020/COSEG e anexo (eventos 0631851 e 0631809 do Processo Administrativo supramencionado).	

II – O impacto financeiro deste reajuste é de R\$ 3.106,92 (três mil cento e seis reais e noventa e dois centavos) e incide nos exercícios 2020 a 2021.

III - O presente reajuste deve ser aplicado a partir de 21/06/2020, correndo a despesa à conta do Programa de Trabalho: 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa 33.90.36-15, conforme Nota de Empenho n. 2020NE001192 - reforço (EMPENHO ORIGINAL: 2020NE000044), de 01/12/2020.

IV - Com o presente reajuste, o valor total atualizado da Carta-Contrato passa a ser de **R\$ 41.127,00** (quarenta e um mil cento e vinte e sete reais).

V - Ficam mantidas todas as demais cláusulas da Carta-Contrato TRE-RO n. 14/2017, no que não contrariem o presente instrumento e as demais alterações contratuais.

VI - A presente Apostila passa a fazer parte integrante da Carta-Contrato supra, como se nela estivesse transcrita.

VII - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 14 de dezembro de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora-Geral do TRE-RO

ANEXO I DA APOSTILA N. 03 À CARTA-CONTRATO N. 14/2017

Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Carta-Contrato n. 14/2017, assinado em 20/06/2017 – Volume III do PA (evento n. 0199866) Vigência de 12 meses, a contar da assinatura, ou seja, de 20/06/2017 a 20/06/2018 Valor da carta-contrato: R\$ 33.600,00	R\$ 33.600,00	-
Termo Aditivo n. 1, assinado em 15/05/2018 – Volume VIII do PA (evento n. 0287347) Prorrogar por mais 12 meses, a contar de 21/06/2018 a 20/06/2019. Valor do Termo Aditivo R\$ 33.600,00	R\$ 33.600,00	-
Apostila n. 1, assinada em	R\$ 2.090,28	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03/08/2018 – Volume IX do PA (evento n. 0316044) Registrar reajuste no percentual de 6,2210900%, efeitos a contar de 21/06/2018. Valor da Apostila R\$ 2.090,28		
Termo Aditivo n. 2, assinado em 11/06/2019 – Volume XI do PA (evento n. 0422300) Prorrogar por mais 12 meses, a contar de 21/06/2019 a 20/06/2020. Valor do Termo Aditivo R\$ 35.690,28	R\$ 35.690,28	-
Apostila n. 2, assinada em 26/09/2019 – Volume XII do PA (evento n. 0459943) Registrar reajuste no percentual de 6,527920%, efeitos a contar de 21/06/2019. Valor da Apostila R\$ 2.329,80	R\$ 2.329,80	-
Termo Aditivo n. 3, assinado em 09/06/2020 – Volume XIV do PA (evento n. 0545114) Prorrogar por mais 12 meses, a contar de 21/06/2020 a 20/06/2021. Valor do Termo Aditivo R\$ 38.020,08	R\$ 38.020,08	-
Apostila n. 3, assinada em ____/12/2020 – Volume XV do PA (evento n. 0640593) Registrar reajuste no percentual de 8,171820%, efeitos a contar de 21/06/2020. Valor da Apostila R\$ 3.106,92	R\$ 3.106,92	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 41.127,00
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 14/12/2020, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0640593** e o código CRC **CF4FC5DB**.

0000858-76.2017.6.22.8000

0640593v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 14/12/2020 16:34:00.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 147/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG

De: COSEG

Para: SAOFC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assunto: Reajuste da Carta-Contrato 14/2017 ([0199866](#))
- Locação do Imóvel que abriga o Fórum Eleitoral da 12ª Zona Eleitoral de Espigão do Oeste.

Senhor Secretário,

Considerando a prorrogação da Carta Contrato 14/2017, conforme evento ([0545114](#)), com vigência de 21/06/2020 a 20/06/2021;

Considerando a previsão contratual de reajuste conforme CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA da aludida Carta-Contrato, que prevê o reajuste pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, *in verbis*:

"DO REAJUSTE

(Artigo 55, III, da Lei n.º 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O valor do aluguel poderá ser reajustado após o período de, no mínimo, 12 meses de vigência contratual, com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, acumulado a cada período de 12 (doze) meses, conforme disposto na Lei nº.8.666/93.

Subcláusula Única – Se a variação do indexador adotado implicar reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o LOCADOR negociará junto ao LOCATÁRIO a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel."

Considerando o pedido de reajuste apresentado pelo locador, Sr. Dalto Pimentel da Costa, conforme evento ([0631911](#));

Considerando que o índice apurado para o período de 21/junho/2019 a 20/junho/2020 (últimos doze meses contados no aniversários do contrato) foi de **1,08171820**, conforme Anexo de evento ([0631809](#)), informo abaixo os dados de atualização do valor mensal do contrato a partir de 21/06/2020, data de início de vigência da prorrogação contratual (evento [0422300](#)), **para a formalização do reajuste pleiteado.**

Valor mensal atual do Contrato	Índice de Correção IGP-M	Valor Mensal da Correção	Valor Mensal Corrigido
R\$ 3.168,34	1,08171820	R\$ 258,91	R\$ 3.427,25



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Considerando o novo valor mensal da locação do imóvel bem como diferença a pagar ao Contratado relativas aos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro/2020, haverá necessidade de reforço na nota de empenho 2020NE00044 no valor de R\$ 1.553,46 (um mil quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos) conforme memória de cálculo seguir:

Valor vigente aluguel contratado	R\$ 3.168,34
Valor locação corrigido	R\$ 3.427,25
Valor locação 06 meses	R\$ 20.563,50
Nota de Empenho jul/20	R\$ 19.010,04
Valor a reforçar	R\$ 1.553,46

Cumpridos os requisitos previstos para concessão do reajuste, a partir de 21/06/2020, sendo esta a data que inicia a vigência da prorrogação de 12 (doze) meses, envio os presentes autos **solicitando emissão de apostila de reajustamento do valor do aluguel objeto da Carta Contrato nº 14/2017 e subsequente reforço da nota de empenho nº 2020NE000044 no valor de R\$ 1.553,46 (um mil quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos) .**

Ante o exposto, remeto os autos ao GABSAOFC, para deliberação superior e providências pertinentes.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **IRLÊDA MARIA SOARES DA SILVA, Coordenador(a)**, em 30/11/2020, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0631851** e o código CRC **661E0CCF**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000858-76.2017.6.22.8000

0631851v22

Criado por 013928852364, versão 22 por 004510042364 em 30/11/2020
15:24:57.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000858-76.2017.6.22.8000

INTERESSADO: 12ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: **Carta-Contrato 14/2017 - Locação Cartório Eleitoral de Espigão do Oeste - Reajuste Contratual pelo índice IGP-M – Análise.**

PARECER JURÍDICO Nº 276 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Cuida-se de processo administrativo por meio do qual se formalizou a locação de imóvel não residencial de propriedade do locador **DALTO PIMENTEL DA COSTA, CPF 253.879.558-30**, com o objetivo de instalar provisoriamente o Fórum Eleitoral de Espigão D'oeste, materializada no Contrato n. 14/2017 ([0199866](#)), com vigência de 12 (doze) meses, a partir de 21/06/2018, admitida a prorrogação, nos termos da Cláusula Quarta do referido Ajuste. O prazo de vigência foi prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, conforme Termo Aditivo n. 1 ([0287347](#)), Termo Aditivo n. 2 ([0422300](#)) e Termo Aditivo n. 3 ([0545114](#)), com término em 20/6/2021, portanto em plena vigência.

02. Mediante a Informação 147 ([0631851](#)) a Coordenadora da COSEG noticia a necessidade de reajuste à Carta-Contrato n. 14/2017 com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). Na oportunidade apresentou os cálculos decorrentes do reajuste solicitado, considerando o IGP-M apurado para o período de junho/2019 a junho/2020 de 1,08171820% e, considerando o novo valor mensal da locação do imóvel, requereu reforço da nota de empenho no valor de R\$ 1.553,46 (**um mil quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos**). Consta dos autos pedido de reajuste apresentado pelo locador ([0631911](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. Recepcionado os autos na SAOFC, o secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou à COFC, para reforço da nota de empenho 2020NE00044, à SECONT, para elaboração de minuta de apostila, e finalmente a esta Assessoria, para análise e emissão de parecer jurídico, conforme evento [0632589](#).

04. Para disponibilização do crédito orçamentário, a COFC informou a fonte de planejamento orçamentário IEF LOCIMO e, por suas unidades SPOF e SEOF, juntou aos autos Nota de Dotação ([0633084](#)) e nota de empenho reforço nº 2020NE000044 ([0633937](#)) no valor de R\$ 1.553,46 (**um mil quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos**).

05. Por fim, juntou-se a Minuta da Apostila n. 03 ([0636696](#)), e os autos foram encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer ([0637967](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

06. O Art. 55, III, da Lei nº 8.666/93 determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste nos contratos administrativos, por sua vez reproduzidos expressamente no Ajuste aludido. Veja-se:

Lei nº 8.666/93

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

Carta-Contrato nº 14/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O valor do aluguel poderá ser reajustado após o período de, no mínimo, 12 meses de vigência contratual, com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, acumulado a cada período de 12 (doze) meses, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Única – Se a variação do indexador adotado implicar reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o LOCADOR negociará junto ao LOCATÁRIO a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Sobre este tema o Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, assim orienta:

Em contratos com prazo de duração igual ou superior a um ano é admitida cláusula com previsão de reajuste de preços.

(...)

Admite a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, para reajustar contratos, a utilização de índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados. Esses índices devem estar previamente estabelecidos no edital e no contrato.

08. Ademais, necessário se faz mencionar o entendimento da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, com relação ao conceito do instituto em estudo, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico-financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela.

O que se afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (grifo nosso)

09. Verifica-se que a pretensão do caso em comento está amparada legalmente, pois o reajuste aplicado através do índice IGP-M está previsto em cláusula contratual e obedece ao prazo mínimo ajustado. Portanto, o pagamento das faturas deve retroagir ao mês de junho/2020 por força dos novos valores reajustados, conforme informações inseridas no evento 0631851.

10. Por celeridade e racionalidade, a minuta de apostila n. 03 (0636696) foi juntada aos autos para apreciação juntamente com a análise do pedido de reajuste. Nesses termos, o referido instrumento, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III - DA CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

I – **Pelo deferimento do reajuste pretendido**, com fundamento no artigo 65, § 8º, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Décima Sexta da Carta-Contrato n. 14/2017 ([0199866](#)) e, ainda, considerando haver nos autos a comprovação do suporte orçamentário ao reajuste no exercício corrente ([0633937](#)) e,

II – **pela aprovação dos termos do instrumento de apostila incluído no evento**, conforme artigo 38, parágrafo único, do diploma legal referido.

12. Ressalta-se, ainda, para a necessidade de comprovação da situação de regularidade da empresa, antes da formalização do reajuste por apostilamento, porquanto ausente nos autos.

13. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que legalmente não deve pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 09/12/2020, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0637967** e o código CRC **00B76968**.

0000858-76.2017.6.22.8000

0637967v5

Criado por 004891562321, versão 5 por 004891562321 em 09/12/2020 15:20:21.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000858-76.2017.6.22.8000

INTERESSADO: 12ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: Reajuste da Carta-contrato n. 14/2017.

DESPACHO Nº 2035 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo por meio do qual se formalizou a locação de imóvel não residencial de propriedade do locador **DALTO PIMENTEL DA COSTA, CPF 253.879.558-30**, com o objetivo de instalar provisoriamente o Fórum Eleitoral de Espigão D' oeste, materializada no Contrato n. 14/2017 ([0199866](#)), com vigência de 12 (doze) meses, a partir de 21/06/2018, admitida a prorrogação, nos termos da Cláusula Quarta do referido Ajuste. O prazo de vigência foi prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, conforme Termo Aditivo n. 1 ([0287347](#)), Termo Aditivo n. 2 ([0422300](#)) e Termo Aditivo n. 3 ([0545114](#)), com término em 20/6/2021, portanto em plena vigência.

A COSEG mediante informação 147 ([0631851](#)), noticia a necessidade de reajuste à Carta-Contrato n. 14/2017 com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), para cumprimento de previsão contratual conforme CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. Na referida informação relata que, considerando o IGP-M apurado para o período de junho/2019 a junho/2020 de **1,08171820%** e, considerando o novo valor mensal da locação do imóvel, há necessidade de emissão de apostila de reajustamento do valor do aluguel objeto da Carta Contrato nº 14/2017, sendo assim deverá haver reforço do saldo da Nota de Empenho no total de **R\$ 1.553,46** (um mil quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos) ([0631851](#)).

Foi anexado aos autos o pedido de reajuste apresentado pelo locador ([0631911](#)).

A COFC indicou a fonte de planejamento orçamentário IEF LOCIMO e, por suas unidades SPOF e SEOF, anexou aos autos Nota de Dotação ([0633084](#)) e nota de empenho reforço nº 2020NE000044 ([0633937](#)) no valor de R\$ 1.553,46 (**um mil quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos**), conforme o que foi dito pela COSEG.

Por sua vez, a SECONT elaborou minuta de Apostila nº 03 à Carta-contrato nº 14/2017 para registrar o reajuste ao valor do referido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instrumento contratual, decorrente da variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M - evento [0636696](#)).

Instada a se manifestar, a AJDG aprovou os termos da minuta de Apostila contratual, conforme artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, e opinou pelo deferimento do reajuste pretendido ([0637967](#)).

A COSEG anexou aos autos as certidões negativas do Sr. Dalto Pimentel da Costa, em atendimento à orientação disposta no item 12 do parecer da AJDG ([0638373](#)).

Por fim, a SAOFC se manifestou pelo deferimento do reajuste pretendido e registrou a aprovação da Apostila pela AJDG ([0637996](#)).

A Cláusula Décima Sexta do Contrato nº 14/2017 ([0199866](#)) traz a seguinte previsão:

DO REAJUSTE

(Artigo 55, III, da Lei n.º 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O valor do aluguel poderá ser reajustado após o período de, no mínimo, 12 meses de vigência contratual, com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getulio Vargas - FGV, acumulado a cada período de 12 (doze) meses, conforme disposto na Lei nº.8.666/93.

Subcláusula Única – Se a variação do indexador adotado implicar reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o LOCADOR negociará junto ao LOCATÁRIO a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel.

Cumpridos os requisitos previstos para concessão do reajuste, a partir de 21/06/2020, início da vigência da prorrogação de 12 (doze) meses, necessária a aplicação do índice de correção pactuado, sendo o impacto financeiro do reajuste o valor de R\$ 3.106,92 (três mil cento e seis reais e noventa e dois centavos). Sendo assim, o valor total atualizado da Carta-Contrato passa a ser de **R\$ 41.127,00** (quarenta e um mil cento e vinte e sete reais).

Para o atual exercício, foi reforçado o saldo da Nota de Empenho no total de **R\$ 1.553,46 (um mil quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos)**, conforme detalhado pela COSEG ([0631851](#)).

Por todo exposto, considerando os termos do artigo 1º, II da Portaria nº 66/2018, **esta Diretoria-Geral defere o reajuste do Contrato nº 14/2017**, porquanto cumpridos os requisitos, com fulcro na Cláusula Décima Sexta ([0199866](#)), e, conseqüentemente, **autoriza o reforço da Nota de Empenho no valor de R\$ 1.553,46 (um mil quinhentos e cinquenta e**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

três reais e quarenta e seis centavos) para atendimento do reajuste, conforme detalhado na Apostila nº 03 ([0636696](#)) devidamente aprovada pela AJDG.

À SAOFC para para continuidade do procedimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 14/12/2020, às 14:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0638969** e o código CRC **749546E3**.

0000858-76.2017.6.22.8000

0638969v26

Criado por 018005762348, versão 26 por 004577222313 em 14/12/2020 14:06:43.